

- UMA ESCOLA PARA A VIDA
- UMA ASSOCIAÇÃO MAIS FORTE
- A UNIDADE MAIS AMPLA

#### UMA ESCOLA PARA A VIDA

##### 1. A SITUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DO MEIC

O ensino atravessa, em Portugal, uma crise profunda e complexa, cujas raízes mergulham na herança do fascismo, e cujas possibilidades de superação actuais são sistematicamente torpedeadas desde o 6º Governo provisório com sucessivas agravantes por parte do 1º Governo Constitucional, necessariamente, continuadas pelo 2º. Com esta crise, perdem os jovens estudantes, perde o Povo e o País.

No que respeita ao Ensino Superior, designadamente no que concerne à Universidade de Coimbra onde têm sido particularmente sentidas, são estes os principais traços dessa situação de crise:

a) O acesso ao Ensino Superior mostra-se cada vez mais difícil a amplas camadas de jovens oriundos das classes trabalhadoras. A política actual tende a reinstalar o carácter elitista e descriminatorio que o ensino teve durante o fascismo. A instituição do "numerus clausus", a imposição de métodos selectivos e aberrantes e injustos com os exames nacionais de aptidão, a liquidação de cursos, o encerramento de escolas, o boicote de estruturas criadas a partir de 1974 com vista a alargar o acesso ao Ensino Superior aos trabalhadores, bem como as dificuldades criadas à viabilidade de regalias a atribuir aos trabalhadores estudantes, são alguns dos meios utilizados pelo Governo na consecução do seu objectivo de limitação brutal do acesso ao ensino. Assim, só no ano de 75/76, mais de 15000 estudantes foram expulsos do ensino após conclusão do 7º ano, e milhares de outros não tiveram acesso aos cursos que pretendiam. O número de estudantes do 1º ano diminui, no presente ano lectivo a um nível só comparável à década de 60.

b) O aparelho de ensino não absorve os que querem estudar, apesar do contingente de estudantes ser, em termos proporcionais, muito inferior ao de outros países. E, todavia, o País exige dezenas de milhar de novos quadros técnicos e intelectuais.

c) O ensino não corresponde às necessidades económicas e sociais do País. Este ponto assume particular importância, pois o cumprimento do projecto constitucional impõe uma estreita adequação das escolas que dão formação profissional às actividades económicas nacionais e regionais, bem como às necessidades sociais prioritárias como a saúde e a educação. A actual política tem seguido o caminho inverso, liquidando escolas já criadas e

obstando à diversificação de saídas profissionais (caso dos para-  
médicos de Lisboa e Coimbra, por exemplo). É falso o argumento do  
MEIC que afirma existirem médicos e quadros técnicos a mais em Portu-  
gal. Uma análise minimamente objectiva, demonstra que, o País tem ca-  
rências graves a este nível, o que torne mais aberrante a política  
de restrição seguida.

d) Existe uma degradação geral e progressiva da qualidade  
de ensino. A política orçamental para o ensino tem sido brutalmente  
restritiva em relação aos anos anteriores. No orçamento geral do Estado  
do para 1978, propõe-se uma redução das verbas para o ensino de 21%,  
o que só atinge totalmente o seu significado se considerarmos ainda  
a elevadíssima taxa de inflação verificada neste período. Este corte  
apresenta, desde já, como consequência, a redução na contratação de  
pessoal docente, logo, não só a baixa de nível qualitativo mas tam-  
bém o desemprego neste sector; a restrição do apoio social aos estu-  
dantes; a limitação na aquisição de equipamento pedagógico e cienti-  
fico de que as escolas carecem a fim de desenvolverem uma actividade  
minimamente séria. De todos esses factores decorre necessariamente  
a opção alternativa do MEIC: agravar os métodos de selecção e prom-  
over as reprovações em massa aos vários níveis do ensino, pretendendo  
assim "resolver" os problemas postos, mas conseguindo de facto é au-  
mentar o número de desempregados jovens sem formação profissional  
específica. Para isso e para concretizar outras das suas perspectivas,  
o MEIC promoveu uma centralização democrática e paralizante dos con-  
tros de decisão do ensino, liquidando todas as estruturas pedagógicas  
regionais bem como as iniciativas e situações positivas criadas um  
pouco por toda a parte. Por outro lado, saneiam-se técnicos competen-  
tes dos serviços do MEIC e instala-se no seu lugar certa clientela  
partidária de Carbia e seus amigos, cuja incompetência é bem a ima-  
gem da degradação que provocam. Nesta ânsia centralizadora criam-se  
as CCNI que, tendo à partida poderes absolutos, acabam, como se até  
agora boicotadas pelo próprio MEIC, que já nem nestes órgãos confia  
o seu "plano reestruturador". Assim algumas das "reestruturações"  
avanzadas para o Ensino Superior designadamente para as Escolas da  
Universidade de Coimbra, são avanzadas contra o próprio parceiro das  
CCNI: Certamente, o MEIC precisará de alguns colaboradores nestas  
escolas; para isso, reintegra os saneados fascistas, uma vez que o  
restante sector docente não se mostra nada interessado em colaborar  
com o MEIC na destruição da sua própria escola.

e) Para a consecução de toda esta política o MEIC precisa-  
va de alterar os processos de gestão democrática em vigor nas esco-  
las. E fê-lo através de um decreto cuja análise está já exaustiva-  
mente feita e cujo carácter anti-democrático se salienta particular-  
mente nos esvaziamento de funções dos órgãos eleitos e a atribuição  
de poderes quase absolutos aos Conselhos Científicos verdadeiros  
"Conselhos Escolares Alargados".

2. O QUE PROPOMOS

Toda esta política, tem sido determinada, como se sabe, pelas agências da direita interna e pelo imperialismo, designadamente através das pressões do FMI. Assim, em vez de dialogar com os interesses, como determina a Constituição, o MEIC tem desenvolvido a sua acção à revelia dos estudantes, professores e demais sectores empenhados num Ensino Democrático. Se tal acontece, pensamos que importa fazer ouvir a nossa voz e fazer avançar as nossas exigências.

Foi apontada, em traços gerais a situação que os estudantes de Coimbra bem conhecem, não só por serem vítimas de tal situação, mas também porque têm sabido lutar contra ela em jornadas de unidade da mais alta importância, centrados em torno de vários dos seus aspectos concretos. Nessa medida pensamos e defendemos como objectivos centrais do Mov. Estudantil de Coimbra nestes domínios:

A- Exigir o fim da política reaccionária, desagregadora e anti-estudantil do MEIC, bem como a suspensão da legislação relativa aos aspectos mais graves referidos.

B- Lutar por uma nova política de ensino, no caminho da Constituição dinamizando a formação de novos quadros técnicos mais necessários ao País, travando o processo de degradação qualitativa do ensino, contendo a onda de desemprego juvenil, facilitando o acesso das classes trabalhadoras ao ensino e à cultura, apoiando a integração dos jovens diplomados na vida profissional.

C- Avançar na reivindicação- da expansão do aparelho escolar, aproveitando desde já ao máximo a estrutura da Universidade e do seu pessoal docente;

- da reestruturação do ensino da Universidade diversificando e alargando as suas saídas profissionais, dando resposta às mais prementes necessidades regionais e nacionais;

- da abertura do acesso à Universidade abolindo o "numerus clausus", criando sistemas de informação profissional e estruturas e formas de ensino viradas para os trabalhadores-estudantes;

- da política de emprego para jovens diplomados, estimulando materialmente uma melhor distribuição desses quadros e garantindo-lhes condições à actualização técnica e científica, empenhando-os ainda em grandes tarefas nacionais com a da alfabetização;

- da política orçamental da educação, que corresponda à consecução destes objectivos e que sem esquecer a situação financeira do País, parta do pressuposto que o investimento na educação é altamente produtivo e fundamental para a superação dessa situação.

D- Porque todas estas exigências e propostas deverão ser analisadas e discutidas com a própria Universidade, através dos seus órgãos representativos de professores e estudantes, pensamos que a participação destes na definição da política de educação e na gestão

das escolas é fundamental. Assim, pensamos que é uma linha importante da reivindicação do ME a gestão democrática exigindo uma profunda alteração na presente legislação nos termos de democraticidade já amplamente provados onde a gestão democrática foi mais produtiva, designadamente na UC, onde já surgirem, dos seus órgãos representativos, propostas claras a este respeito. Consideremos que, de imediato, será de exigir a alteração de funções dos Conselhos Científicos, transformando-os em órgãos consultivos com participação de todas as categorias de docentes e investigadores não docentes, transitando as suas funções deliberativas para os órgãos eleitos.

3. Na luta pelos objectivos anunciados, os estudantes não estão sós, pois eles enquadram-se nas aspirações mais gerais do Fovo Português, na sua luta pela Democracia e pelo Socialismo. Assim os estudantes saibam ser dignos do seu papel nessa luta, unindo-se e movilizando-se, ganhando cada vez mais amplas camadas estudantis nesse movimento e dando-lhe uma linha clara e justa que, sem excluir ninguém à partida, saiba combater com firmeza o ataque das forças reaccionárias e a acção cáustica e desagregadora do oportunismo esquerdista.

ooooooooo  
 ooooooo  
 ooooo  
 ooo  
 o